



SIMULADO ESPECIAL

TJ SC

**Técnico Judiciário Auxiliar
Pós Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Técnico Judiciário Auxiliar**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/nNQifHAgNFUvm2Gd7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4943via>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

1. *“O ministro encerrou a audiência deixando registradas as condições do acordo.”*

A forma verbal de gerúndio **“deixando”** está empregada de forma correta.

Dentre as frases abaixo, assinale a única **incorreta** no uso do gerúndio.

- a) O pesquisador passou anos analisando os dados, reunindo evidências e construindo, gradualmente, a hipótese que sustentaria sua tese.
- b) A multidão atravessou a praça cantando, erguendo cartazes e protestando contra medidas consideradas arbitrárias.
- c) O diretor respondeu ao ofício, determinando a abertura de sindicância e apurando imediatamente as responsabilidades dos envolvidos.
- d) O candidato foi aprovado no concurso, assumindo o cargo na semana seguinte.
- e) O escritor permaneceu noites em claro revisando o manuscrito, cortando excessos e aperfeiçoando a estrutura narrativa.

2. *“O governo anunciou novas medidas para conter a inflação, mas o mercado reagiu com cautela ao pacote.”*

Nesse segmento, o termo **“pacote”** retoma o vocábulo anterior **“medidas”**, como uso hipocorístico (retomada por designação sintética). O mesmo ocorre na seguinte frase, em relação ao termo sublinhado:

- a) O pesquisador apresentou uma nova **teoria**, mas a proposta ainda precisava de comprovação empírica.
- b) O artista restaurou um antigo **violino**, porém o instrumento ainda exigia ajustes delicados.
- c) O tribunal analisou a **sentença**, embora a decisão tenha sido alvo de recursos posteriores.
- d) O jornalista descreveu a **tempestade**, mas o temporal já havia perdido intensidade.

e) O professor comentou a **gramática**, porque ela exige estudo constante.

3. Verbos abundantes são aqueles que admitem duas formas equivalentes de participio, uma regular e outra irregular.

Assinale a opção que só apresenta **verbos abundantes do participio**:

- a) suspender – expulsar – eger.
- b) trazer – sofrer – vencer.
- c) incluir – resolver – beber.
- d) romper – gastar – pedir.
- e) nascer – viver – abrir.

4. *“Na ciência, o que importa, muitas vezes, não é a hipótese inicial, mas a evidência que resiste à crítica. Uma teoria só permanece válida enquanto suporta refutações.”*

Sobre a estruturação desse pequeno texto, é correto afirmar que se trata de um texto

- a) narrativo-descritivo, cujo objetivo é relatar episódios da história da ciência.
- b) argumentativo, em que a tese apresentada está vinculada a uma condição.
- c) injuntivo, cujo propósito é instruir o leitor sobre procedimentos experimentais.
- d) expositivo, em que se apresentam informações neutras sem defesa de ponto de vista.
- e) puramente narrativo, marcado pela sucessão cronológica de acontecimentos.

5. Assinale a frase que apresenta ambiguidade por não se poder distinguir, com segurança, agente e paciente de uma ação:

- a) O diretor criticou o assessor durante a reunião.
- b) A escolha do representante gerou controvérsia.
- c) Pedro e Renato se cumprimentaram na entrada.
- d) Vi o suspeito correndo pela avenida.
- e) Convocar os servidores tornou-se urgente.

6. Observe a seguinte frase, dita por um pesquisador:
"O experimento falhou. Os dados foram revisados. Isso revela rigor metodológico."

Sobre a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- a) as duas primeiras frases apresentam informações incompatíveis entre si.
- b) o significado desse pequeno fragmento é integralmente construído de forma explícita.
- c) entre as duas frases iniciais seria semanticamente adequada a conjunção **portanto**.
- d) o pronome **isso** refere-se apenas ao fato de o experimento ter falhado.
- e) a terceira frase introduz conclusão derivada das anteriores.

7. Todas as frases abaixo fazem propaganda de um automóvel; aquela que, em busca do convencimento do cliente, apela para a sua vaidade é:

- a) Sedan Aurora: mais tecnologia por menos custo.
- b) Para mais segurança e desempenho, use Sedan Aurora.
- c) Escolha de executivos exigentes: compre Sedan Aurora.
- d) Dirija o Sedan Aurora e seja notado por onde passar.
- e) Não enfrente imprevistos na estrada: tenha Sedan Aurora.

8. *"O relógio é um bicho que vive correndo sem sair do lugar. Tem duas mãos, mas não abraça ninguém. Fica olhando para a parede e mandando a gente dormir, acordar, sair correndo para a escola. Quando ele faz barulho cedo, ninguém gosta dele; quando atrasa, todo mundo reclama."*

O observador, que realiza uma descrição, não descreve tudo o que vê por causa de suas limitações; a limitação do observador do texto acima é proveniente:

- a) das condições físicas do ambiente em que se encontra o objeto descrito.
- b) do próprio referente, já que relógios são objetos tecnicamente difíceis de observar.
- c) de caráter psicológico, pois o observador distorce o objeto por razões subjetivas.
- d) de seu posicionamento, pois o ângulo de observação impede acesso a certos detalhes.
- e) de conhecimento, pois, sendo criança, não domina plenamente o referente descrito.

9. Em todas as frases abaixo ocorre o emprego do verbo haver; a frase em que esse verbo foi substituído por outro de sentido equivalente, de forma adequada, é:

- a) Havia muitos pesquisadores no auditório. / Permaneciam.
- b) Houve uma pane no sistema durante a madrugada. / Aconteceu.
- c) Ainda havia documentos sobre a mesa. / Restava
- d) Daqui a dois meses haverá nova eleição no conselho. / Surgirá.
- e) Há soluções para esse problema. / Existe

10. A frase em que os termos destacados podem ser compreendidos com um só significado, sem possibilidade de polissemia ou ambiguidade, é:

- a) Esses relatórios **pesaram muito** na decisão final.
- b) Clara tem **cabeça fria** em momentos difíceis.
- c) O conselho aprovou **a fundação** do novo instituto.
- d) O pesquisador voltou **para o laboratório** ao amanhecer.
- e) Renato acompanha **ainda hoje** os antigos mestres.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC*Tiago Zanolla*

- 11.** Camila, aprovada em concurso público para cargo efetivo no quadro de servidores civis do Estado de Santa Catarina, teve sua nomeação publicada no Diário Oficial em 3 de março. No vigésimo quinto dia após a publicação, sofreu acidente doméstico que a manteve internada por duas semanas, fato comprovado por laudo médico juntado aos autos do seu processo funcional. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 6.745/85 sobre posse e prazos a ela aplicáveis, assinale a alternativa correta.
- a) O prazo de trinta dias para posse, contado da publicação da nomeação no Diário Oficial, é improrrogável, de modo que a nomeação de Camila tornar-se-á automaticamente sem efeito caso ela não compareça até o trigésimo dia, ainda que comprovada a ocorrência de doença.
 - b) Comprovada a impossibilidade de comparecimento por motivo de doença, o prazo de posse poderá ser prorrogado até que cesse o impedimento.
 - c) O prazo de posse é de sessenta dias contados da publicação da nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias mediante requerimento fundamentado, em caso de doença devidamente comprovada por junta médica oficial.
 - d) A nomeação somente poderá ser tornada sem efeito após notificação pessoal ao interessado, não bastando o simples decurso do prazo legal contado da publicação, ainda que não comprovado qualquer motivo de força maior.
 - e) A superveniência de doença durante o prazo de posse transfere automaticamente a contagem do prazo para o momento da alta médica, independentemente de requerimento da interessada ou de ato formal da autoridade nomeante.
- 12.** Considerando as disposições da Lei Complementar estadual nº 639/2015 sobre o regime disciplinar dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.
- a) O processo administrativo disciplinar tramitará com a intervenção obrigatória da Procuradoria-Geral do Estado, cuja manifestação jurídica prévia constitui pressuposto de validade do ato final decisório proferido pela autoridade competente.
 - b) O poder disciplinar em relação aos servidores do quadro do Poder Judiciário é exercido, conforme as respectivas atribuições, pelo Presidente do Tribunal, pelo Corregedor-Geral da Justiça, pelos Diretores do Foro e pelos Juízes, sobre os seus subordinados diretos.
 - c) As publicações de atos relativos ao processo administrativo disciplinar dos servidores do Poder Judiciário ocorrem obrigatoriamente no Diário Oficial do Estado, mantidas integralmente as regras originais da Lei Complementar estadual nº 491/2010 sem qualquer modificação.
 - d) O regime disciplinar definido pela Lei Complementar nº 639/2015 estende-se também aos notários e registradores catarinenses por delegação, aos quais se aplicam exatamente as mesmas regras previstas para os servidores efetivos do quadro do Poder Judiciário.
 - e) A Lei Complementar nº 639/2015 substitui integralmente a aplicação da Lei nº 6.745/1985 aos servidores do Poder Judiciário catarinense, afastando toda e qualquer norma estatutária estadual anterior que regule o regime funcional desses servidores.

- 13.** Nesse cenário, considerando as disposições do art. 8º do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina sobre os critérios para criação, alteração, extinção ou classificação das comarcas, assinale a alternativa correta.
- a) Os índices mínimos para a classificação das comarcas são de 100 pontos para a 1ª entrância, 200 pontos para a 2ª entrância, 400 pontos para a 3ª entrância e 600 pontos para a 4ª entrância, conforme o rol expresso do caput do dispositivo.
 - b) Atribui-se 1 ponto a cada 1.000 eleitores, sendo computado o coeficiente ainda que o total de eleitores seja inferior a 6.000, considerado o número efetivo apurado na respectiva comarca no momento da análise.
 - c) Atribui-se 1 ponto a cada 100 km² de extensão territorial e 1 ponto a cada 1.000 habitantes, exigida, neste último item, população mínima de 20.000 habitantes como condição para que o coeficiente seja computado no cálculo do índice.
 - d) Atribui-se 2 pontos por dezena de feitos judiciais, exigido movimento forense anual mínimo de 1.500 feitos judiciais, considerado o ano civil imediatamente anterior ao da classificação pretendida pela comarca interessada.
 - e) O índice mínimo relativo à 4ª entrância corresponde a 300 pontos, mesmo valor exigido para a 3ª entrância, em razão da equiparação funcional entre as duas últimas categorias do sistema de organização judiciária catarinense.
- 14.** Helena, servidora designada para elaborar estudo sobre a estrutura institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, precisa definir, com segurança, onde se localiza a sede do órgão, qual a extensão territorial de sua jurisdição e qual a espécie normativa responsável por fixar o número de desembargadores que compõem a Corte. Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.
- a) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense e é composto por desembargadores, em número definido por lei complementar, nos exatos termos do art. 3º do Regimento Interno.
 - b) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense e é composto por desembargadores, em número definido por resolução do Tribunal Pleno aprovada por maioria absoluta dos seus membros.
 - c) O Tribunal de Justiça tem sede em cidade designada por resolução do Órgão Especial, mantendo jurisdição em todo o território do Estado, sendo composto por desembargadores em número fixado em lei ordinária estadual de iniciativa da Corte.
 - d) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, com jurisdição restrita à região metropolitana de Florianópolis, sendo composto por desembargadores em número definido pelo próprio Regimento Interno, mediante deliberação do Órgão Especial.
 - e) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense, sendo o número de desembargadores fixado em lei ordinária estadual mediante proposta formulada pelo Presidente do Tribunal à Assembleia Legislativa.

- 15.** Matheus, assessor lotado na Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, recebeu determinação do Corregedor-Geral para elaborar ato de comunicação externa dirigido simultaneamente a doze cartórios extrajudiciais situados em comarcas distintas, tratando de providências operacionais a serem adotadas por todos os destinatários. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta quanto à espécie de ato a ser utilizada.
- a) Portaria, por se tratar de formalização de medida administrativa de alcance ampliado, dirigida simultaneamente a múltiplos cartórios extrajudiciais sob a supervisão da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
 - b) Circular, por se tratar de ato de divulgação de matéria normativa ou administrativa interna para conhecimento geral, inclusive quando dirigida a órgãos externos vinculados à supervisão da Corregedoria-Geral da Justiça.
 - c) Ofício, por constituir ato de comunicação externa idôneo a transmitir determinações a terceiros, ainda que endereçado simultaneamente a mais de um destinatário, em razão da unidade do conteúdo veiculado na mensagem.
 - d) Ofício circular, por se tratar de ato de comunicação externa dirigido simultaneamente a mais de um destinatário, enquadrando-se na descrição expressa do inciso V do art. 2º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
 - e) Ordem de serviço, por veicular determinação acerca da maneira de conduzir os serviços cartorários extrajudiciais, transmitida simultaneamente a todos os cartórios destinatários da providência operacional adotada pela Corregedoria.
- 16.** Esse cenário, considerando as disposições dos arts. 15 e 16 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina sobre as modalidades de concretização da função correicional e sobre a realização das inspeções, assinale a alternativa correta.
- a) A função correicional concretiza-se exclusivamente por meio de inspeções, cabendo à Corregedoria-Geral da Justiça deliberar sobre a realização de correições e visitas técnicas apenas em caráter complementar e de forma discricionária.
 - b) A inspeção ordinária é designada a qualquer tempo, por deliberação do Corregedor-Geral da Justiça, independentemente de sua prévia inclusão no calendário anual publicado até 15 de fevereiro de cada ano pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
 - c) A inspeção periódica, denominada autoinspeção, é realizada no mês de fevereiro de cada ano, sob a coordenação direta do Corregedor-Geral da Justiça, dispensada a participação do magistrado responsável pela unidade judicial envolvida nos trabalhos.
 - d) A inspeção permanente é realizada de forma contínua e assídua pela Corregedoria-Geral da Justiça em relação a todos os serviços do Estado, bem como pelo magistrado, em relação à unidade judicial pela qual é responsável.
 - e) As inspeções ordinária e extraordinária serão realizadas preferencialmente de maneira presencial, destinando-se a modalidade virtual apenas às unidades indicadas pelo Corregedor-Geral da Justiça e/ou que demonstrem desempenho insuficiente nos indicadores de eficiência.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Rodrigo Bet*

- 17.** Acerca da Comissão de Ética e Conduta do Poder Judiciário de Santa Catarina, assinale a alternativa correta:
- a) É composta por 5 membros, eleitos por voto direto.
 - b) Os membros eleitos para mandato de 3 anos.
 - c) Em caso de empate na votação, a classificação favorece o candidato mais jovem.
 - d) Os membros não recebem remuneração adicional pelo exercício das funções no colegiado.
 - e) As decisões são tomadas por maioria simples dos membros presentes.
- 18.** Ricardo, servidor municipal, por evidente negligência, deixou de conferir a validade de um lote de medicamentos. Os insumos venceram, gerando um prejuízo de R\$ 80.000,00 ao erário. Com base na Lei n. 8429/92 atualizada, assinale a alternativa correta:
- a) Configura ato de improbidade por lesão ao erário (Art. 10), devido à perda patrimonial efetiva.
 - b) Ricardo deve responder por improbidade culposa, sujeito ao ressarcimento e à perda da função.
 - c) A omissão caracteriza improbidade contra os princípios da administração por violação do dever de zelo.
 - d) Ricardo não responderá por improbidade, pois a lei exige dolo específico, sendo atípica a modalidade culposa.
 - e) A responsabilidade é objetiva, bastando o nexo entre a negligência e o prejuízo para aplicar as sanções.

GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO*Elisabete Moreira*

- 19.** O Diretor de Planejamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina observa que sua equipe de analistas é composta por profissionais altamente experientes, com elevado grau de autonomia e que executam tarefas complexas e ambíguas. Buscando melhorar os resultados e motivar sua equipe, o Diretor decide adotar um estilo de liderança diretivo. Nesse caso, segundo a Teoria do Caminho-Meta (*Path-Goal Theory*) de Robert House, a postura do Diretor é considerada:
- a) Eficaz, pois tarefas ambíguas exigem uma liderança diretiva.
 - b) Ineficaz, pois o estilo diretivo é percebido como redundante e pode reduzir a satisfação.
 - c) Adequada, visto que profissionais experientes requerem um estilo de líder diretivo.
 - d) Eficaz para o estilo de liderança orientado para conquistas, que foca no estabelecimento de metas desafiadoras e no controle estrito dos processos.
 - e) Inapropriada, pois a teoria defende que, para tarefas complexas, o estilo possível é o de liderança liberal (*laissez-faire*), delegando a decisão ao grupo.
- 20.** Ao realizar um diagnóstico cultural, o diretor de RH do TJ-SC percebeu que, embora o discurso oficial da Presidência e os manuais de ética do órgão, expostos nos corredores, enfatizem a inovação e agilidade, os servidores mais antigos mantinham uma convicção inconsciente de que qualquer mudança seria perigosa e o cumprimento das regras e normas era o único caminho para o atendimento da legalidade. Segundo a classificação de Edgar Schein, o cenário descrito demonstra um conflito entre os seguintes níveis da cultura:
- a) Artefatos e Valores Compartilhados.
 - b) Valores Compartilhados e Pressuposições Básicas.
 - c) Artefatos e Valores Compartilhados.
 - d) Clima Organizacional e Cultura Dominante.
 - e) Subculturas e Contraculturas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Emannuelle Gouveia

21. No Windows 10 ou 11, o Explorador de Arquivos permite ao usuário organizar arquivos e pastas. Ao utilizar o recurso “Mover para”, o sistema realiza:

- a) A criação de uma cópia do arquivo na pasta de destino, mantendo o original na pasta de origem.
- b) A exclusão permanente do arquivo selecionado, sem possibilidade de recuperação.
- c) A transferência do arquivo para outra pasta, removendo-o da localização original.
- d) A compactação automática do arquivo antes de enviá-lo para o destino.
- e) A conversão do arquivo para outro formato compatível com a pasta de destino.

22. Em redes de computadores, o protocolo HTTP é utilizado para:

- a) Transferir arquivos entre computadores por meio de conexão segura com criptografia nativa obrigatória.
- b) Traduzir nomes de domínio em endereços IP para localização de servidores.
- c) Estabelecer comunicação entre páginas web e navegadores por meio de requisições e respostas.
- d) Controlar o envio de e-mails entre servidores de correio eletrônico.
- e) Gerenciar automaticamente o endereçamento físico (MAC) dos dispositivos na rede.

23. Em segurança da informação, uma boa prática para proteção de contas de usuários em sistemas corporativos é:

- a) Utilizar a mesma senha em diferentes sistemas para facilitar o acesso.
- b) Compartilhar credenciais com colegas de equipe em caso de ausência.
- c) Desativar atualizações automáticas para evitar mudanças inesperadas no sistema.

d) Anotar senhas em arquivos de texto não protegidos para fácil consulta.

e) Ativar autenticação multifator (MFA) para adicionar uma camada extra de verificação.

24. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o titular dos dados pessoais possui direitos em relação ao tratamento de suas informações. Nesse contexto, é um direito assegurado ao titular:

- a) Solicitar a exclusão de dados pessoais mesmo quando houver obrigação legal de mantê-los.
- b) Exigir o tratamento de dados pessoais sem qualquer finalidade específica definida.
- c) Impedir o controlador de adotar medidas de segurança sobre os dados armazenados.
- d) Solicitar a confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais.
- e) Negar livremente o compartilhamento de seus dados entre quaisquer organizações.

25. No Microsoft Word, ao aplicar uma quebra de página manual em um documento, o efeito dessa ação é:

- a) Dividir o texto em colunas automaticamente, ajustando o layout da página.
- b) Forçar o conteúdo seguinte a iniciar na próxima página, independentemente do espaço restante.
- c) Inserir uma nova seção com configurações independentes de formatação.
- d) Excluir todo o conteúdo após o ponto onde a quebra foi inserida.
- e) Ajustar automaticamente as margens do documento para caber mais texto na mesma página.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA*Géssica Ehle*

26. Um professor de Direitos Humanos, ao preparar seu material didático, decide elaborar uma questão sobre a hierarquia das normas internacionais no ordenamento jurídico brasileiro após a EC 45/2004. Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o ingresso de tratados internacionais de direitos humanos no direito interno brasileiro:

- a) Confere-lhes, de forma automática, natureza de norma supraconstitucional, desde que ratificados pelo Presidente da República.
- b) Atribui-lhes equivalência de emenda constitucional, caso sejam aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Garante-lhes invariavelmente o status de lei ordinária, uma vez que a Constituição Federal não admite normas internacionais com força de norma constitucional.
- d) Ocorre por meio de processo monofásico, sendo a assinatura do Chefe do Executivo suficiente para a vinculação definitiva do Estado brasileiro.
- e) Resulta em natureza supralegal, independentemente do quórum de aprovação, por se tratar de matéria de direitos humanos.

27. A doutrina clássica e contemporânea dos Direitos Humanos estabelece características fundamentais que orientam sua aplicação. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação tecnicamente incorreta:

- a) A indivisibilidade dos direitos humanos pressupõe a inexistência de hierarquia entre direitos civis, políticos, sociais ou culturais, formando um conjunto unitário.
- b) A característica da inalienabilidade impede a transmissão ou a atribuição de valor econômico-comercial aos direitos humanos.

c) A universalidade estabelece que o sujeito de direitos é a pessoa humana em sua essência, independentemente de particularidades culturais ou geográficas.

d) A imprescritibilidade determina que o exercício dos direitos humanos deve ocorrer em prazo determinado por lei, sob pena de perda da pretensão punitiva.

e) O princípio da complementaridade orienta que os tratados e normas devem ser interpretados de forma conjunta para maximizar a proteção da dignidade humana.

28. Analise as proposições abaixo acerca da proteção jurídica conferida à população LGBTQIAPN+ no Brasil:

- I. O direito à alteração do nome social e do gênero no registro civil é garantido mediante procedimento administrativo, dispensando-se a comprovação de cirurgia de transgenitalização ou laudos psicológicos.
- II. O ordenamento jurídico brasileiro, por meio de entendimento vinculante dos tribunais superiores, reconhece o casamento civil e a união estável homoafetiva, sendo assegurado o direito à adoção por esses casais.
- III. A homotransfobia é tipificada como crime de racismo, de forma residual, até que sobrevenha legislação específica do Congresso Nacional sobre a matéria.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

29. No sistema jurídico brasileiro, apenas determinados tratados internacionais de direitos humanos possuem status equivalente ao de Emenda Constitucional. Assinale a opção que contém exemplos que preenchem esse requisito:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Convenção Interamericana contra o Racismo.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Tratado de Marraqueche.
- d) Convenção contra a Tortura e outros Tratados de Direitos Humanos assinados antes de 2004.
- e) Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e Declaração Universal de 1948.

30. No que concerne às políticas judiciárias de inclusão e ao papel do Poder Judiciário na promoção dos direitos fundamentais, o acesso à justiça é compreendido não apenas como o ingresso em juízo, mas como a garantia de uma ordem jurídica justa. Sobre a gratuidade de justiça e a assistência jurídica integral e gratuita, assinale a opção correta à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita apenas aos cidadãos brasileiros que comprovarem insuficiência de recursos, excluindo-se os estrangeiros não residentes, em razão do princípio da soberania nacional.
- b) A concessão do benefício da justiça gratuita a pessoas jurídicas com fins lucrativos é automática, bastando a simples declaração de insuficiência de recursos firmada pelo representante legal.
- c) O direito ao acesso à justiça é um direito fundamental de eficácia plena, o que impede o legislador de estabelecer requisitos processuais, como o esgotamento da via administrativa, antes do ingresso no Poder Judiciário.
- d) A assistência jurídica integral e gratuita, prevista no Art. 5º, LXXIV da CF, é um dever do Estado que abrange não apenas a isenção de taxas judiciárias, mas também a prestação de orientação jurídica e a defesa em todos os graus, preferencialmente pela Defensoria Pública.
- e) A gratuidade de justiça, por ser um instrumento de equalização social, impede que o magistrado condene o beneficiário ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais, sendo vedada a cobrança dessas verbas mesmo que o réu deixe de ser hipossuficiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

31. O Município Alfa pretende contratar o fornecimento de um sistema de software inovador para a gestão da saúde pública. Após estudos técnicos preliminares, a Administração constatou que não possui capacidade técnica para definir a solução tecnológica mais adequada, existindo no mercado diferentes metodologias proprietárias. Diante da necessidade de definir a solução com o mercado antes de selecionar a proposta, a modalidade de licitação aplicável é o:

- a) Pregão, visto que softwares são considerados bens comuns cuja especificação é usual no mercado.
- b) Diálogo Competitivo, focado na solução de problemas ligados à definição do que contratar quando a Administração não sabe a melhor forma de atender suas necessidades.
- c) Concurso, por se tratar da escolha de trabalho técnico ou científico para o desenvolvimento de tecnologia inovadora.
- d) Leilão, visando à alienação de licença de uso de software inservível para a Administração Municipal.
- e) Credenciamento, por se tratar de mercado fluido sujeito a oscilações constantes de preço e tecnologia.

32. Um órgão do Poder Judiciário Estadual realizou licitação para registro de preços de papel A4. O órgão "X", que não participou dos procedimentos iniciais (carona), deseja aderir à ata de registro de preços. De acordo com a Lei 14.133/2021, a adesão do órgão "X" (não participante):

- a) É ilimitada, desde que o fornecedor aceite o preço registrado e o órgão gerenciador concorde.
- b) Pode ser feita pela União, mesmo que o órgão gerenciador seja estadual ou municipal.
- c) Está limitada, individualmente, a 50% dos quantitativos dos itens registrados na ata para o órgão gerenciador e participantes.

- d) Impede a futura realização de licitação própria para o mesmo objeto durante a validade da ata.
- e) É vedada para municípios, que só podem participar se integram a ata desde a fase preparatória.

33. A empresa "VenceTudo Ltda" foi a primeira colocada em uma concorrência para a realização de obra pública. Durante a fase de julgamento, a Administração verificou que a proposta era 26% inferior ao valor orçado. No caso de obras e serviços de engenharia, a Lei 14.133/2021 estabelece critérios objetivos para a inexequibilidade, sendo correto afirmar que:

- a) Propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração são consideradas, em princípio, inexequíveis para obras e serviços de engenharia.
- b) A desclassificação por inexequibilidade é automática e imediata para qualquer objeto, visando proteger o erário.
- c) Se a proposta for inferior a 95% do orçamento, deve ser exigida garantia adicional equivalente à diferença.
- d) Em compras de bens, a lei define o patamar de 50% do orçamento como limite de presunção de inexequibilidade.
- e) A inexequibilidade só pode ser arguida na fase de habilitação técnica, após a análise documental.

34. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina publicou edital de licitação para a reforma de um fórum. Uma empresa interessada constatou que o edital exige que a futura contratada elabore tanto o projeto básico quanto o projeto executivo, além da execução da obra e testes de operação. Segundo dispõe a Lei 14.133/2021, esse regime de execução contratual denomina-se:

- a) Empreitada por preço global.
- b) Empreitada integral.
- c) Contratação semi-integrada.
- d) Contratação integrada.
- e) Fornecimento e prestação de serviço associado.

35. A Administração Estadual celebrou contrato de prestação de serviços de vigilância com dedicação exclusiva de mão de obra. Após 6 meses, a empresa contratada deixou de pagar os salários dos vigilantes terceirizados que estavam vinculados àquele contrato. De acordo com a Lei 14.133/2021 e com a jurisprudência predominante sobre o tema a respeito da responsabilidade pelos encargos trabalhistas:

- a) A Administração responde solidariamente em qualquer hipótese, por se tratar de serviço contínuo.
- b) A inadimplência do contratado não transfere à Administração a responsabilidade pelo pagamento em nenhuma circunstância.
- c) A Administração responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- d) O Poder Público responde solidariamente pelos encargos trabalhistas e subsidiariamente pelos previdenciários.
- e) A responsabilidade da Administração é objetiva e automática, dispensando prova de negligência.

36. A Administração Federal aplicou a sanção de Declaração de Inidoneidade à empresa "Fraude S/A" por apresentar documentação falsa. Sobre essa sanção, conforme a Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) O prazo de duração é de no máximo 2 anos, permitida reabilitação após 6 meses.
- b) A competência para aplicação é do agente de contratação.
- c) O alcance da sanção será restrito à Administração Pública Federal, aplicadora da referida sanção.
- d) Estava sujeita a prazo prescricional de 5 anos, sendo que sua contagem foi interrompida quando da instauração do correspondente processo de responsabilização.
- e) Cabe recurso hierárquico com efeito suspensivo no prazo de 5 dias úteis.

37. João, brasileiro nato, deseja ingressar no serviço público. O edital do concurso para Policial Civil exige altura mínima e proíbe tatuagens em locais visíveis. De acordo com a jurisprudência do STF:

- a) Editais de concurso não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionálíssimas de conteúdo que viole valores constitucionais.
- b) A exigência de altura mínima é sempre válida por ser critério discricionário da Administração em carreiras policiais.
- c) Os requisitos de investidura, como escolaridade, devem ser obrigatoriamente comprovados no ato da inscrição do concurso.
- d) É legítimo barrar candidatos que respondam a inquérito policial, mesmo sem sentença condenatória, em respeito à moralidade.
- e) Tatuagens são proibidas apenas para cargos de magistratura e tribunais de contas.

38. Sobre o sistema de remuneração por subsídio, é correto afirmar que:

- a) Consiste no pagamento em parcela única, sendo vedado qualquer acréscimo, inclusive de verbas indenizatórias como diárias.
- b) É obrigatório para os servidores das carreiras de auditoria fiscal.
- c) Permite o acréscimo de gratificações por tempo de serviço (anuênios) e adicionais em geral.
- d) É o regime remuneratório obrigatório para os detentores de mandato eletivo, Ministros de Estado e Secretários.
- e) Impede o recebimento de 13º salário e terço constitucional de férias por serem vantagens pecuniárias.

39. O Presidente da República editou um decreto exonerando um Ministro de Estado. Esse ato administrativo, quanto à formação da vontade, classifica-se como:

- a) Complexo, pois depende do referendo ministerial para ser completo.
- b) Composto, visto que a exoneração exige homologação pelo Congresso Nacional.
- c) Simples singular, pois resulta da declaração de vontade de um único órgão administrativo.
- d) Plúrimo, por atingir um número determinado de destinatários.
- e) Simples colegiado, por ser editado no âmbito de um conselho de ministros.

40. A Polícia Militar interditou uma casa noturna que operava sem alvará de incêndio e com superlotação, oferecendo risco iminente à segurança pública. A interdição foi feita de imediato, sem ouvir os proprietários antes. De acordo com o Poder de Polícia:

- a) O ato é nulo por violação ao princípio do contraditório prévio obrigatório.
- b) É admitido o contraditório diferido em situações de urgência para preservar o interesse público.
- c) A PM não tem competência para atos de polícia administrativa, apenas judiciária.
- d) O ato depende de prévia autorização judicial por não ser dotado de autoexecutoriedade.
- e) A interdição é ato vinculado, pois o poder de polícia não admite discricionariedade.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

41. Numa gincana jurídica, três grupos, Alfa, Beta e Gama, deveriam fazer afirmações corretas sobre os princípios fundamentais da República. Alfa afirmou que o Brasil adota o sistema presidencialista de Governo. Beta, que a forma de estado é a federação. Gama, finalmente, asseverou que um dos fundamentos da República é a erradicação da pobreza. O júri da gincana, corretamente, considerou que:

- a) estão corretas apenas as afirmações de Alfa e Gama.
- b) estão erradas todas as afirmações.
- c) está correta apenas a afirmação de Beta.
- d) está errada apenas a afirmação de Gama.
- e) estão corretas todas as afirmações.

42. Venceslau, eleitor assíduo e ativo da comarca de Tabuleiro do Norte-CE, presenciou o proprietário de um prédio tombado pelo patrimônio histórico anunciar a demolição do edifício. Visando a manejar todas as ações cabíveis, procurou a assistência de um(a) advogado(a), que lhe recomendou ajuizar:

- a) *habeas corpus*.
- b) *Habeas data*.
- c) mandado de segurança.
- d) mandado de injunção.
- e) ação popular.

43. Um tratado internacional sobre direitos humanos, aprovado por ambas as Casas do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 3/5 dos respectivos membros, será equivalente a:

- a) emenda constitucional.
- b) norma superlegal.
- c) lei ordinária.
- d) lei complementar.
- e) lei delegada.

44. O estado Lota editou a lei nº YY com normas gerais sobre produção e consumo, aproveitando-se da omissão da União em tratar do tema. Posteriormente, a União editou normas gerais, na forma da Lei nº ZZ, parcialmente incompatíveis com a Lei nº YY. À luz da CF, pode-se dizer que:

- a) a Lei nº ZZ cede à Lei nº YY.
- b) a Lei nº YY fica com a eficácia integralmente suspensa.
- c) a Lei nº YY fica com a eficácia parcialmente suspensa.
- d) a Lei nº YY é revogada.
- e) a Lei nº YY é parcialmente invalidada.

45. É garantia dos magistrados brasileiros:

- a) estabilidade, após dois anos de efetivo exercício.
- b) vitaliciedade, após dois anos de efetivo exercício.
- c) inamovibilidade, não se admitindo a permuta.
- d) vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício.
- e) inamovibilidade, salvo decisão do Presidente do Tribunal.

46. Clodoveu, presidente do Tribunal de Justiça do Estado Épsilon, encaminhou à assembleia legislativa projeto de lei ordinária dispendo sobre as regras de promoção dos juízes naquele Estado. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que esse projeto:

- a) é inconstitucional, pois deveria ser tratado mediante lei complementar.
- b) é constitucional.
- c) é inconstitucional, pois deveria ser tratado por lei complementar federal, de iniciativa de qualquer tribunal.
- d) é inconstitucional, pois deveria ser tratado por lei ordinária federal, de iniciativa do STF.
- e) é inconstitucional, pois deveria ser tratado por lei complementar federal, de iniciativa do STF.

47. Genserico, magistrado há mais de 10 anos, deseja integrar o Supremo Tribunal Federal. De acordo com o texto constitucional, Genserico deve, entre outras condições, exceto:

- a) ser brasileiro nato.
- b) ser indicado pelo Presidente da República.
- c) possuir notável saber jurídico.
- d) ser aprovado pelo voto secreto da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- e) possuir reputação ilibada.

48. À luz da CF, é vedado aos juízes, exceto:

- a) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- b) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, salvo nos casos previstos em lei.
- c) dedicar-se à atividade político-partidária.
- d) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- e) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

49. O Município Alfa publicou, em 10 de março de 2026, a Lei nº 321, que disciplinava determinado procedimento administrativo, sem prever expressamente a data de sua entrada em vigor. Antes do início de sua vigência, verificou-se erro relevante na redação de um de seus dispositivos, motivo pelo qual houve nova publicação oficial do texto legal, em 25 de março de 2026, destinada à correção. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que a Lei nº 321 entra em vigor:

- a) na data da primeira publicação, pois a correção posterior não interfere na vigência da lei.
- b) quarenta e cinco dias após a primeira publicação, já que a republicação não altera o prazo originalmente iniciado.
- c) trinta dias após a republicação, em razão do caráter meramente corretivo do novo ato de publicação.
- d) quarenta e cinco dias após a nova publicação oficial, por ter havido correção do texto antes de a lei entrar em vigor.
- e) imediatamente após a republicação, porque o texto corrigido substitui integralmente o anterior.

50. Henrique, com 17 anos, perdeu ambos os pais ainda na infância e encontra-se sob tutela regularmente constituída. Desejando antecipar a capacidade civil do adolescente, sua tutora compareceu ao cartório e lavrou escritura pública declarando sua emancipação. No dia seguinte, Henrique celebrou sozinho contrato de compra e venda de uma motocicleta. À luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) a emancipação é válida, pois a tutela confere à tutora os mesmos poderes dos pais para concedê-la por escritura pública.
- b) a emancipação é válida, desde que Henrique tenha economia própria, independentemente de autorização judicial.

c) a emancipação é inválida, pois a concessão de emancipação pelo tutor depende de autorização judicial.

d) a emancipação é inválida apenas porque a compra e venda de veículo automotor exige idade mínima de 18 anos.

e) a emancipação é válida, mas o contrato de compra e venda é anulável em razão da idade de Henrique.

51. A sociedade empresária Aurora Móveis Ltda. passou a enfrentar grave crise financeira e deixou de pagar diversos fornecedores. No curso da apuração dos fatos, verificou-se que o sócio-administrador, de forma reiterada, utilizava recursos da conta bancária da pessoa jurídica para quitar despesas pessoais de sua residência e, além disso, transferiu um automóvel pertencente à sociedade para o seu patrimônio particular, sem qualquer contraprestação. Diante desse cenário, um dos credores requereu a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade. Com base no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) A mera inadimplência da sociedade empresária autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica.

b) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada de ofício pelo juiz, desde que demonstrada a insolvência da sociedade.

c) O abuso da personalidade jurídica, caracterizado pela confusão patrimonial, pode autorizar a desconsideração da personalidade jurídica, com extensão dos efeitos de determinadas obrigações aos bens particulares dos sócios ou administradores.

d) A transferência de bem da sociedade ao sócio sem contraprestação não caracteriza confusão patrimonial, mas simples irregularidade contábil.

e) A autonomia patrimonial da pessoa jurídica impede, em qualquer hipótese, que obrigações sociais atinjam os bens dos sócios.

52. Marina é proprietária de um casarão antigo e iniciou ampla restauração no imóvel. Para tanto, retirou temporariamente os vitrais e as portas originais do salão principal, com a finalidade de restaurá-los e recolocá-los no mesmo local ao término da obra. No mesmo período, adquiriu novas luminárias decorativas, ainda embaladas, para futura instalação no imóvel. Antes da conclusão da reforma, Marina vendeu o casarão a Eduardo, sem cláusula específica a respeito desses bens. À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) Os vitrais e as portas, após a retirada, passaram a ser bens móveis, razão pela qual não acompanham a venda do imóvel.
- b) As luminárias novas, embora ainda não instaladas, são bens imóveis, pois foram adquiridas para servir ao casarão.
- c) Os vitrais e as portas são pertenças, de modo que só acompanham o imóvel se houver previsão expressa no contrato.
- d) Todos os bens mencionados acompanham automaticamente a venda do imóvel, em razão do princípio da gravitação jurídica.
- e) Os vitrais e as portas mantêm a natureza de bens imóveis, pois foram provisoriamente separados para reemprego, enquanto as luminárias ainda embaladas permanecem bens móveis.

53. Helena celebrou contrato de doação de um terreno urbano em favor de Marcos, impondo-lhe o encargo de construir, no local, uma biblioteca comunitária. No mesmo instrumento, também ficou estipulado que Marcos deveria, antes da obra, destruir uma pequena área de preservação existente no terreno, para facilitar a execução do projeto. Consta dos autos que a intenção principal de Helena era beneficiar a coletividade com a futura biblioteca, e não propriamente a destruição da área protegida. À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) O negócio jurídico é nulo integralmente, pois todo encargo ilícito invalida a liberalidade.
- b) O encargo ilícito considera-se não escrito, subsistindo a doação, salvo se ele constituísse o motivo determinante da liberalidade.
- c) O negócio jurídico é anulável, cabendo a Marcos escolher entre cumprir ou não o encargo.
- d) A doação permanece válida apenas se Marcos cumprir parcialmente o encargo, construindo a biblioteca e compensando a área destruída.
- e) O encargo ilícito converte-se em condição suspensiva, impedindo a aquisição do bem até decisão judicial.

54. Paula pretende comprar um apartamento de Renato. Durante a negociação, Renato afirma falsamente que toda a parte elétrica do imóvel havia sido trocada no ano anterior. Confiando nessa informação, Paula celebra a compra e paga o preço ajustado. Algum tempo depois, Paula descobre que a instalação elétrica era antiga e precisava de reparos. Ainda assim, reconhece que teria comprado o imóvel de qualquer forma, mas por preço menor, se soubesse da verdade desde o início. Nesse caso, à luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) o negócio jurídico é válido, mas Paula poderá pleitear apenas perdas e danos, por se tratar de dolo acidental.
- b) o negócio jurídico é anulável por dolo essencial, com retorno das partes ao estado anterior.
- c) o negócio jurídico é nulo, porque a declaração de Renato comprometeu a validade do consentimento.
- d) o negócio jurídico é anulável por erro, ainda que Paula admita que teria realizado o negócio.
- e) o negócio jurídico é inexistente, porque faltou manifestação de vontade livre e informada.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Giulian Salvador*

55. João Henrique, advogado e presidente de uma associação civil voltada à defesa do meio ambiente, ajuizou ação civil pública visando à reparação de dano ambiental causado por empresa estatal. A associação foi constituída há 8 meses, possui previsão estatutária expressa de proteção ambiental e demonstrou, na petição inicial, a relevância social do dano. No curso do processo, a associação manifestou desinteresse na continuidade da demanda, sem apresentar justificativa plausível. Considerando exclusivamente o regime jurídico da Lei nº 7.347/1985, assinale a alternativa correta.
- a) A ação deve ser extinta sem resolução de mérito, pois a associação não preenche o requisito temporal mínimo de existência, que não admite flexibilização judicial.
 - b) A associação não possui legitimidade ativa, pois o requisito da pré-constituição por pelo menos um ano é absoluto e não comporta exceções, ainda que haja relevante interesse social.
 - c) O Ministério Público não poderá assumir a titularidade ativa da ação, uma vez que não foi o autor originário da demanda.
 - d) A desistência da associação impede a continuidade da ação por qualquer outro legitimado, em razão do princípio da disponibilidade da ação coletiva.
 - e) O Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa da ação, e o requisito temporal da associação poderá ser dispensado pelo juiz diante do manifesto interesse social envolvido.
56. Em demanda proposta por Mariana contra sociedade empresária, foi requerida tutela provisória em caráter antecedente, sob alegação de urgência contemporânea à propositura da ação. O magistrado deferiu a medida liminarmente. Em outro processo, envolvendo situação semelhante, foi postulada tutela da evidência com base em prova documental robusta e tese firmada em julgamento de casos repetitivos. Considerando o regime jurídico do Código de Processo Civil, especialmente quanto aos prazos e à dinâmica procedimental das tutelas provisórias, assinale a alternativa correta.
- a) Na tutela de urgência antecipada antecedente, o autor deve aditar a petição inicial no prazo de 10 dias, sob pena de estabilização da medida concedida.
 - b) Na tutela de urgência antecipada antecedente, concedida a medida, o autor deverá aditar a petição inicial no prazo de 15 dias, enquanto na tutela da evidência não há previsão de prazo para aditamento, por inexistir procedimento antecedente específico.
 - c) Na tutela da evidência, concedida liminarmente, o réu deverá contestar o pedido no prazo de 5 dias, aplicando-se por analogia o regime da tutela cautelar antecedente.
 - d) Na tutela de urgência cautelar antecedente, o autor deverá formular o pedido principal no prazo de 15 dias, sob pena de cessação da eficácia da medida concedida.
 - e) Tanto na tutela de urgência quanto na tutela da evidência, concedidas liminarmente, o prazo para contestação será sempre de 20 dias, contado de forma individual para cada réu.

- 57.** Mariana ajuizou ação de reparação de danos decorrentes de acidente de veículo ocorrido em Belo Horizonte contra dois réus: João, domiciliado em São Paulo, e a empresa Alfa Ltda., cuja sede se localiza no Rio de Janeiro, mas que possui filial em Belo Horizonte, onde o contrato foi firmado. No curso do processo, a União ingressou como assistente simples de um dos réus. Paralelamente, verificou-se que há outra ação conexa tramitando em Curitiba, distribuída anteriormente, envolvendo as mesmas partes e causa de pedir. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta à luz do Código de Processo Civil.
- a) A competência será do foro de domicílio do réu pessoa física, sendo vedada a escolha do foro do local do fato em ações de reparação civil, razão pela qual o processo deve ser remetido a São Paulo.
 - b) A competência torna-se automaticamente da Justiça Federal com o ingresso da União como assistente, inclusive nas hipóteses de ações de acidente de veículo, devendo os autos ser remetidos ao juízo federal competente.
 - c) A existência de conexão com ação anteriormente distribuída em Curitiba não interfere na competência do juízo de Belo Horizonte, pois a prevenção somente se estabelece após a citação válida.
 - d) É possível a propositura da ação no foro do local do fato (Belo Horizonte), sendo válida a escolha do autor diante da pluralidade de réus e das regras especiais de competência; contudo, havendo conexão com ação anteriormente distribuída em Curitiba, este juízo torna-se preventivo, devendo ocorrer a reunião dos processos, salvo se já houver sentença em um deles.
 - e) A presença de filial da pessoa jurídica em Belo Horizonte torna obrigatória a fixação da competência nesse foro, afastando qualquer outra possibilidade prevista no CPC.
- 58.** Em ação popular ajuizada por Carlos Eduardo visando à anulação de contrato administrativo supostamente lesivo ao patrimônio público municipal, o magistrado determinou a citação dos beneficiários por edital. No curso do processo, surgiram novos beneficiários cuja identidade só foi descoberta após a publicação do edital. Posteriormente, o autor desistiu da ação sem justificativa plausível. Considerando o regime jurídico da Lei nº 4.717/1965, especialmente quanto aos prazos processuais, assinale a alternativa correta.
- a) O prazo de contestação é de 15 dias, prorrogável por igual período, contado da juntada do mandado cumprido ou do término do prazo do edital.
 - b) A citação por edital terá prazo de 20 dias, devendo ser publicada ao menos duas vezes no órgão oficial competente.
 - c) O prazo para contestação é de 20 dias, improrrogável, contado individualmente para cada réu a partir de sua citação pessoal.
 - d) O prazo para qualquer cidadão ou o Ministério Público promover o prosseguimento da ação, em caso de desistência do autor, é de 60 dias contados da última publicação do edital.
 - e) Caso o autor não promova a execução da sentença condenatória de segunda instância no prazo de 60 dias da publicação, caberá ao Ministério Público promovê-la nos 30 dias subsequentes.

59. Em ação de cobrança proposta por Helena em face de sociedade empresária, o magistrado, ao analisar os autos, identificou fundamento jurídico diverso daquele invocado pelas partes e, sem prévia oitiva, proferiu sentença de improcedência com base nesse novo fundamento. Em outro processo, foi concedida tutela provisória de urgência liminarmente, sem prévia manifestação da parte contrária. Em terceiro caso, o juiz determinou às partes a adoção de providências colaborativas para esclarecimento de fatos controvertidos, sob pena de aplicação de sanções processuais. Considerando os princípios fundamentais do processo civil previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão baseada em fundamento não previamente submetido ao contraditório é válida, desde que se trate de matéria cognoscível de ofício pelo juiz.
- b) A concessão de tutela provisória de urgência sem prévia oitiva da parte contrária viola o princípio do contraditório, sendo nula em qualquer hipótese.
- c) A exigência de comportamento colaborativo das partes decorre do princípio da cooperação, enquanto a vedação à decisão-surpresa impõe ao juiz o dever de oportunizar manifestação prévia das partes sobre fundamentos relevantes ao julgamento.
- d) O princípio da boa-fé objetiva vincula apenas as partes, não se aplicando ao magistrado no exercício da função jurisdicional.
- e) O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede a utilização de métodos consensuais de solução de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

60. Em ação de indenização proposta por Laura em face de três réus (Pedro, Ana e a empresa Beta Ltda.), todos devidamente citados, apenas Pedro apresentou contestação no prazo legal. Ana apresentou contestação fora do prazo e a empresa permaneceu inerte. Na contestação, Pedro alegou ilegitimidade passiva, indicando expressamente o verdadeiro responsável pelo dano, bem como

suscitou convenção de arbitragem. Posteriormente, o autor requereu a inclusão do sujeito indicado como litisconsorte passivo. Considerando o regime jurídico da resposta do réu no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A ausência de alegação da convenção de arbitragem na contestação implica aceitação da jurisdição estatal, e a alegação de ilegitimidade passiva, com indicação do sujeito correto, permite ao autor, no prazo de 15 dias, alterar a petição inicial para substituição ou inclusão do réu indicado.
- b) A revelia da empresa Beta Ltda. implica presunção absoluta de veracidade dos fatos alegados pelo autor, inclusive em relação aos demais réus que apresentaram contestação.
- c) A contestação intempestiva de Ana produz todos os efeitos da revelia, inclusive a impossibilidade de intervenção posterior no processo.
- d) A ausência de alegação da convenção de arbitragem pode ser suprida em momento posterior, por se tratar de matéria de ordem pública cognoscível de ofício.
- e) A alegação de ilegitimidade passiva não impõe ao réu o dever de indicar o sujeito correto da relação jurídica, sendo faculdade sem consequências processuais.

61. No curso de ação indenizatória, o magistrado analisou a necessidade de produção probatória quanto a determinados fatos alegados pelas partes. Considerando o regime jurídico do Código de Processo Civil acerca dos fatos que independem de prova, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não dependem de prova os fatos notórios.
- b) Não dependem de prova os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- c) Não dependem de prova os fatos com presunção legal de ausência de complexidade.
- d) Não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos.
- e) Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

62. Em processo civil, diversas situações envolvendo a interposição de recursos foram analisadas pelo tribunal, incluindo hipóteses de preparo, legitimidade recursal, efeitos e desistência. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre os recursos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os recursos, como regra, possuem efeito suspensivo automático, impedindo a eficácia da decisão recorrida até o julgamento pelo tribunal.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, inclusive quando atuar como fiscal da ordem jurídica.
- c) O prazo para interposição de recurso, em regra, é de 15 dias, aplicando-se também ao prazo para apresentação de contrarrazões, excetuados os embargos de declaração.
- d) O recorrente poderá desistir do recurso a qualquer tempo, independentemente da anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- e) O não recolhimento do preparo no ato de interposição do recurso enseja a intimação do recorrente para recolhimento em dobro, sob pena de deserção.

63. Em relação à ação rescisória proposta por João após o trânsito em julgado de decisão de mérito, surgiram diversas controvérsias quanto aos prazos processuais, requisitos formais e dinâmica procedimental. Considerando exclusivamente o regime jurídico do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo para ajuizamento da ação rescisória é de 5 anos contados do trânsito em julgado da decisão, podendo ser ampliado em caso de descoberta de prova nova.
- b) O direito à rescisão se extingue em 2 anos contados do trânsito em julgado da última decisão, sendo que, no caso de prova nova, o prazo conta da descoberta da prova, observado o limite máximo de 5 anos.
- c) O prazo para resposta do réu na ação rescisória é fixo de 15 dias, não podendo o relator ampliá-lo, sob pena de nulidade.

d) O depósito prévio exigido para propositura da ação rescisória corresponde a 10% do valor da causa, sem limite máximo legal.

e) O prazo para apresentação de razões finais pelas partes, após a instrução, é comum e de 15 dias para cada uma, iniciando-se simultaneamente.

64. Em ação de indenização proposta por Ricardo em face de empresa prestadora de serviços, o magistrado, ao verificar o preenchimento dos requisitos da petição inicial, designou audiência de conciliação. O réu, ao ser citado, permaneceu inerte quanto ao interesse na autocomposição. Posteriormente, apenas um dos litisconsortes passivos manifestou desinteresse na realização da audiência. No dia designado, o autor não compareceu injustificadamente. Considerando o regime jurídico do Código de Processo Civil sobre a audiência de conciliação e mediação, assinale a alternativa correta.

- a) A audiência deve ser designada com antecedência mínima de 30 dias, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 dias de antecedência; o desinteresse do réu deve ser manifestado até 10 dias antes da audiência, e o não comparecimento injustificado do autor pode ensejar multa de até 2% do valor da causa ou da vantagem econômica pretendida.
- b) A audiência deve ser designada com antecedência mínima de 20 dias, sendo suficiente a citação do réu com 10 dias de antecedência; o desinteresse pode ser manifestado até a data da audiência, sem prazo mínimo.
- c) Havendo litisconsórcio, basta que um dos litisconsortes manifeste desinteresse para que a audiência não seja realizada, independentemente da manifestação dos demais.
- d) A ausência injustificada do autor à audiência implica extinção do processo sem resolução de mérito, independentemente da aplicação de multa.
- e) A audiência de conciliação deve ocorrer em sessão única, vedada a realização de sessões sucessivas, ainda que dentro de prazo razoável.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL*Antônio Pequeno*

65. Marcos, com a intenção de matar, efetua disparos de arma de fogo contra o Presidente da República Federativa do Brasil durante uma palestra que estava sendo realizada no México. Com base nessa situação hipotética marque a alternativa correta.

- a) Não será aplicada a lei brasileira, vez que o crime foi praticado no estrangeiro.
- b) É uma hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- c) Pode ser aplicada a lei brasileira pelo princípio da nacionalidade passiva.
- d) É uma hipótese de territorialidade.
- e) Vai ser aplicada a lei brasileira porque é uma hipótese de extraterritorialidade incondicionada.

66. Romeu, com a intenção de matar, efetua disparos com arma de fogo de uso restrito contra a própria esposa, sob o contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, ocasionando a morte desta. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta

- a) Ele responderá pelo crime de homicídio simples na forma consumada.
- b) Ele responderá pelo crime de homicídio qualificado na forma consumada
- c) Ele responderá pelo crime de feminicídio qualificado na forma consumada
- d) Ele responderá pelo crime de feminicídio majorado na forma consumada
- e) Ele responderá pelo crime de feminicídio simples na forma consumada

67. Bartolomeu, assessor de um juiz no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, solicitou de Ricardo quinze mil reais (R\$ 15.000,00) mencionando que iria fazer uma minuta de sentença de absolvição e conversaria com o magistrado para que ratificasse a inocência de Ricardo que estava sendo acusa de estelionato, com base nessa situação hipotética, marque a alternativa que traga o crime praticado pelo funcionário público.

- a) Corrupção ativa
- b) Concussão
- c) Tráfico de influência
- d) Exploração de prestígio
- e) Conduta atípica

68. De acordo com o Código Penal Brasileiro qual foi o critério ou sistema adotado para gerar a inimputabilidade do menor de idade:

- a) Critério biológico
- b) Critério psicológico
- c) Critério biopsicológico
- d) Critério misto
- e) Critério eclético

69. Um técnico judiciário praticou um crime de abuso de autoridade, de acordo com a lei nº 13.869/2019, tendo em vista esse fato ele foi condenado pela prática do crime a pena de detenção e essa foi substituída pela pena restritiva de direito de suspensão do exercício do cargo, que pode ser determinada pelo um período de.

- a) dois meses a seis meses.
- b) três meses a seis meses.
- c) um mês a seis meses.
- d) um mês a cinco meses.
- e) um mês a quatro meses.

70. A lei nº 8.072/1990, mas conhecida como a lei dos Crimes Hediondos, constantemente recebe alterações legislativas. Tendo como referência a lei supracitada, marque a alternativa correta.

- a) o crime de sequestro e cárcere privado é crime hediondo em qualquer hipótese
- b) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é crime hediondo
- c) o crime de epidemia na modalidade simples é crime hediondo.
- d) o roubo qualificado pela lesão corporal grave é crime hediondo.
- e) homicídio culposo.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

71. O inquérito policial integra a etapa inicial da persecução penal. A respeito de sua definição e de suas principais características, assinale a alternativa correta:

- a) O inquérito policial tem natureza jurisdicional e pode ser conduzido pelo Ministério Público.
- b) O inquérito policial possui caráter público, garantindo acesso irrestrito a qualquer pessoa interessada em seus atos.
- c) O inquérito policial consiste em um procedimento administrativo, de natureza inquisitiva, voltado à coleta de elementos informativos que subsidiem o oferecimento da denúncia ou da queixa.
- d) Da decisão que negar a instauração de inquérito cabe recurso dirigido ao Ministério Público.
- e) O inquérito policial é requisito obrigatório para o ajuizamento da ação penal, sendo indispensável para que o Ministério Público apresente denúncia.

72. Acerca das modalidades de ação penal e de suas particularidades, assinale a alternativa correta:

- a) Por se tratar de dever estatal, a ação penal terá sempre como titular o Ministério Público, inclusive nos casos de iniciativa privada.
- b) A ausência de justa causa na ação penal, seja pública ou privada, resulta na absolvição sumária do acusado.
- c) A ação penal pública divide-se apenas em duas modalidades: condicionada à representação e incondicionada.
- d) Nos crimes de lesão corporal, a ação penal será sempre condicionada à representação quando não se tratar de hipótese de lesão grave, gravíssima ou seguida de morte.
- e) Na ação penal de iniciativa privada, figura no polo ativo o querelante, enquanto no polo passivo encontra-se o querelado.

73. A respeito dos sujeitos que integram o processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz, embora deva manter imparcialidade, pode assumir a iniciativa da ação penal pública caso o Ministério Público permaneça inerte.
- b) O assistente de acusação exerce função substitutiva em relação ao Ministério Público, podendo recorrer de ofício em qualquer hipótese.
- c) O Ministério Público constitui parte indispensável no processo penal, sendo o titular da ação penal pública e devendo atuar com objetividade, ainda que ocupe posição de parte.
- d) O réu é considerado sujeito eventual no processo penal, passando a ter direitos assegurados apenas após a realização da audiência de instrução e julgamento.
- e) O defensor dativo é necessariamente indicado pelo acusado, sendo indispensável sua concordância expressa para a nomeação.

74. De acordo com as regras relativas às citações no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) A citação de integrante das Forças Armadas será realizada por meio do superior responsável pelo respectivo serviço.
- b) Não sendo localizado o acusado, a citação será feita por edital, fixando-se o prazo de 30 dias.
- c) Quando o acusado estiver no exterior, em endereço conhecido, sua citação ocorrerá por carta rogatória, ficando interrompe o curso do prazo prescricional até o efetivo cumprimento.
- d) Caso o oficial de justiça tente localizar o citando por duas vezes em seu endereço sem sucesso, havendo indícios de ocultação, deverá proceder à citação por carta precatória.
- e) Se o acusado estiver recolhido em estabelecimento prisional, a citação será realizada por edital.

75. No que diz respeito às regras de citação e intimação no processo penal, conforme o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A citação por edital, por se tratar de modalidade ficta, implica necessariamente a suspensão do processo.
- b) A citação com hora certa depende exclusivamente de determinação judicial para sua realização.
- c) A citação de militar será realizada mediante requisição ao superior responsável pelo serviço ao qual esteja vinculado.
- d) A intimação da sentença penal ocorre sempre de forma pessoal.
- e) A citação por edital deve observar o prazo de 15 dias.

76. Tendo em vista as características, a finalidade e a estrutura do processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O procedimento comum ordinário será aplicado quando não houver previsão de rito especial ou sumaríssimo e a infração penal tiver pena máxima superior a quatro anos.
- b) O processo penal brasileiro segue integralmente o modelo inquisitivo em todas as suas etapas, concentrando amplos poderes na figura do juiz.
- c) A instauração da ação penal exige, em todos os casos, a manifestação da vítima por meio de representação, independentemente da natureza da infração.
- d) A fase de investigação preliminar já configura relação jurídica processual, em razão da atuação da autoridade competente e da participação do investigado.
- e) O magistrado pode dar início, de ofício, à ação penal pública quando presente relevante interesse público.

77. Assinale a alternativa correta:

- a) O procedimento comum ordinário será aplicado quando a infração penal tiver pena máxima cominada igual ou superior a quatro anos de reclusão.
- b) O procedimento comum ordinário incidirá nos casos em que o crime possuir pena máxima igual ou superior a cinco anos de privação de liberdade.
- c) Os processos que tratam de crimes hediondos ou de violência contra a mulher terão prioridade de tramitação apenas na primeira instância.
- d) Nos processos que envolvam violência contra a mulher, haverá cobrança de custas, taxas ou despesas processuais em nenhuma hipótese.
- e) A apresentação da resposta à acusação deverá ocorrer no prazo de 20 dias, tanto no procedimento ordinário quanto no sumário.

78. No que se refere aos requisitos e às hipóteses de cabimento da prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a quatro anos.
- b) Admite-se a prisão preventiva quando a infração penal envolver violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, com a finalidade de assegurar o cumprimento de medidas protetivas de urgência.
- c) A prisão preventiva deverá ser imposta caso o magistrado identifique, com base nos elementos dos autos, que o agente agiu acobertado por excludente de ilicitude, diante da necessidade de aprofundamento probatório.
- d) Não se admite a decretação de prisão preventiva como forma de antecipação de pena, nem como consequência automática da investigação criminal ou do recebimento da denúncia
- e) A prisão preventiva não poderá ser decretada quando houver dúvida acerca da identidade civil do investigado ou quando este não fornecer dados suficientes para sua identificação.

79. No que se refere ao auto de prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- a) A inexistência de testemunhas do fato impede a formalização do auto de prisão em flagrante, devendo a autoridade policial instaurar procedimento por portaria.
- b) Após a elaboração do auto, será entregue ao preso a nota de culpa, assinada pelo escrivão, contendo a tipificação penal, bem como a identificação do condutor e da vítima.
- c) O auto deve registrar informações acerca da existência de filhos do preso, incluindo idade e eventual condição de deficiência, além dos dados da pessoa responsável por seus cuidados, conforme indicado pelo detido.

d) O condutor firmará seu depoimento e, após a oitiva das testemunhas, receberá recibo comprovando a entrega do preso ao término da lavratura do auto.

e) Concluído o auto de prisão em flagrante, sua comunicação será feita ao juiz, ao Ministério Público e à família do preso ou pessoa por ele indicada no mesmo dia da prisão.

80. A respeito do habeas corpus e do mandado de segurança na esfera penal, assinale a alternativa correta:

- a) O habeas corpus somente pode ser utilizado após o trânsito em julgado da condenação penal, como instrumento de revisão da pena aplicada.
- b) O mandado de segurança deve ser utilizado em substituição ao habeas corpus quando houver ilegalidade que afete a liberdade de locomoção.
- c) O mandado de segurança é admissível para impugnar decisão judicial que comporte recurso com efeito suspensivo.
- d) Para a impetração de habeas corpus, exige-se capacidade postulatória, sendo indispensável que o autor seja advogado regularmente inscrito na OAB.
- e) O habeas corpus pode ser utilizado mesmo sem a existência de processo em andamento, desde que haja ameaça ou restrição à liberdade de locomoção decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
